Cód. barras: STJ00095435 (2013)

Sumário

Capítulo I – **Tributação, Direito Tributário e Tributo** 15
1. Origem da tributação e da sua limitação 15
2. A tributação como instrumento da sociedade 18
3. Fiscalidade e extrafiscalidade 20
4. Direito Tributário 22
5. Relação com outras disciplinas jurídicas 23
6. Relação com a economia e com a contabilidade 25
7. Conceito de tributo 26
8. Preços públicos e receitas patrimoniais 30

Capítulo II – **Espécies Tributárias** 33
9. Características e regimes jurídicos específicos 33
10. Critérios para a identificação das espécies tributárias 34
11. Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias 36
12. Impostos 37
13. Taxas 38
14. Contribuições de melhoria 40
15. Empréstimos compulsórios 41
16. Contribuições 42
17. Contribuições sociais 45
18. Contribuições de intervenção no domínio econômico 46
19. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas 48
20. Contribuições de iluminação pública 49

Capítulo III – **Competência Tributária** 51
21. Detalhamento da competência pela Constituição 51
22. Normas constitucionais concessivas de competência 53
23. Critério da atividade estatal 54
24. Critério da base econômica 54
25. Critério da finalidade 56
26. Imunidades 58
27. Competências privativas, comuns e residuais 60
28. Bitributação e *bis in idem* 61
29. Tributos na base de cálculo de outros tributos 63

Capítulo IV – **Princípios Constitucionais Tributários** 67
30. Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão 67

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

31. Princípios gerais de Direito Tributário....68
32. Princípio da segurança jurídica em matéria tributária....69
33. Princípio da igualdade em matéria tributária....71
34. Princípio da capacidade contributiva....75
35. Princípio da praticabilidade da tributação....78

Capítulo V – **Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar**....83

36. Natureza das limitações ao poder de tributar....83
37. Limitações em prol da segurança jurídica, da justiça tributária, da liberdade e da federação....84
38. Garantia da legalidade absoluta....84
39. Garantia da irretroatividade....89
40. Garantia de anterioridade....92
41. Isonomia....97
42. Não confisco....98
43. Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributosinterestaduais e intermunicipais e o pedágio....99
44. Imunidades genéricas a impostos....100
45. Imunidade recíproca....102
46. Imunidade dos templos: garantia da liberdade de culto....103
47. Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais....104
48. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papelpara a sua impressão....106
49. Limitações específicas à União....108
50. Uniformidade geográfica....108
51. Vedação da tributação diferenciada da renda dasobrigações das dívidas públicas e daremuneração dos servidores....109
52. Vedação à isenção heterônoma....110
53. Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino....111
54. Vedação da afetação do produto de impostos....111

Capítulo VI – **Legislação Tributária**....115

55. Normas constitucionais....115
56. Leis complementares à Constituição....115
57. Resoluções do Senado....118
58. Convênios....118
59. Tratados internacionais....119
60. Leis ordinárias e medidas provisórias....122
61. Atos normativos infralegais: decretos, instruções normativas, portarias, ordens de serviço....123
62. Vigência e aplicação da legislação tributária....124
63. Integração e interpretação da legislação tributária....125
64. Aplicação dos princípios de Direito Tributário, de Direito Público e de Direito Privado e das normas de colisão....127
65. Analogia....131
66. Equidade....132

Capítulo VII – **Obrigação Tributária**....135

67. As diversas relações jurídicas com natureza contributiva, de colaboração e punitiva....135
68. Obrigações principais e acessórias....136
69. Hipótese de incidência e fato gerador....139

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

70. Ocorrência dos fatos geradores....140
71. Classificação dos fatos geradores....141
72. Norma tributária antielisiva....142
73. Aspectos da norma tributária impositiva....144
74. Sujeito ativo....146
75. Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco....147
76. Contribuinte....149
77. Substituto tributário....150
78. Responsável tributário....152
79. Responsabilidade dos sucessores....155
80. Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores....157
81. Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário....160
82. Responsabilidade por infrações, multas e denúncia espontânea....162
83. Solidariedade....166
84. Capacidade tributária....167
85. Cadastros de contribuintes....167
86. Domicílio tributário....168

Capítulo VIII – **Constituição do Crédito Tributário**....171
87. Natureza do crédito tributário....171
88. Existência, exigibilidade e exequibilidade....171
89. Constituição ou formalização do crédito tributário....172
90. Pagamento, depósito, declaração ou confissão docontribuinte....173
91. Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação....175
92. Lançamento por arbitramento ou aferição indireta....177
93. Liquidação no processo trabalhista....179

Capítulo IX – **Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário**....181
94. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário....181
95. Moratória e parcelamento....182
96. Impugnação e recurso administrativos....184
97. Liminares e antecipações de tutela....185
98. Depósito do montante integral do crédito tributário....186
99. Efeitos da suspensão da exigibilidade do Crédito Tributário....188

Capítulo X – **Exclusão do Crédito Tributário**....191
100. Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário....191
101. Isenção....191
102. Anistia....193

Capítulo XI – **Extinção do Crédito Tributário**....195
103. Hipóteses de extinção do crédito tributário....195
104. Pagamento, juros e multas....195
105. Pagamento indevido e sua repetição....197
106. Compensação....200
107. Decadência do direito de lançar....202
108. Prescrição da ação para execução do crédito tributário....204

Capítulo XII – **Garantias e Privilégios do Crédito Tributário**....209
109. Meios de garantia e privilégios....209
110. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito....209

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

111. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal....210
112. Arrolamento administrativo de bens....211
113. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa....212
114. Indisponibilidade dos bens....213
115. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência....214
116. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo concurso de credores....215

Capítulo XIII – **Administração Tributária**....217
117. Órgãos de administração tributária....217
118. Fiscalização tributária....217
119. Inscrição em dívida ativa....220
120. Certidões negativas de débito....223

Capítulo XIV – **Impostos Instituídos**....227
121. Imposto sobre importação (II)....227
122. Imposto sobre exportação (IE)....230
123. Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR)....232
124. Imposto sobre produtos industrializados (IPI)....242
125. Impostos sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF)....250
126. Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR)....259
127. Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação (ITCMD)....264
128. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)....268
129. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA)....276
130. Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU)....278
131. Imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis (ITBI)....282
132. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS)....287

Capítulo XV – **Contribuições Instituídas**....293
133. Contribuições previdenciárias dos segurados do regime geral de previdência social....293
134. Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada....298
135. Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e COFINS)....306
136. Contribuição de seguridade social sobre o lucro (CSL)....313
137. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao INCRA....315
138. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao SEBRAE....317
139. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de combustíveis....318
140. Contribuição profissional (anuidade) aos Conselhos de Fiscalização Profissional....320
141. Contribuição profissional sindical....323
142. Contribuição de iluminação pública municipal (CIP)....325

Capítulo XVI – **Taxas Instituídas**....329
143. Taxa de coleta de lixo domiciliar....329
144. Taxa de fiscalização, localização e funcionamento....330

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

Capítulo XVII – **Regime do Simples Nacional** 333
145. Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional 333
Capítulo XVIII – **Processo Administrativo Fiscal** 337
146. Processo administrativo fiscal federal 337
147. Ação fiscal e autuação 338
148. Notificações e intimações 341
149. Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos 341
150. Nulidades no processo administrativo-fiscal 344
151. Processo administrativo fiscal estadual 346
152. Processo administrativo fiscal municipal 346
Capítulo XIX – **Processo Judicial Tributário** 347
153. Ações do fisco e do contribuinte 347
154. Medida cautelar fiscal 349
155. Execução fiscal 351
156. Exceção de pré-executividade 353
157. Embargos à execução 353
158. Mandado de segurança 354
159. Ação declaratória 356
160. Ação anulatória 358
161. Ação cautelar de caução 359
162. Ação consignatória 360
163. Ação de repetição de indébito tributário e de compensação 360
164. Conexão entre ações tributárias 362
Capítulo XX – **Crimes Tributários** 365
165. Criminalização de condutas ligadas à tributação 365
166. Crimes tributários praticados por particulares 366
167. Constituição definitiva do crédito tributário como elemento essencial dos crimes materiais contra a ordem tributária 366
168. Descaminho 368
169. Apropriação indébita tributária 369
170. Sonegação de tributos 370
171. Falsificação de papéis públicos tributários 373
172. Crimes tributários praticados por funcionários públicos 373
173. Excesso de exação 374
174. Facilitação ao descaminho 374
175. Extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal 375
176. Corrupção passiva fiscal 375
177. Advocacia administrativa fiscal 376
Capítulo XXI – **Processo Penal Tributário** 377
178. Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária 377
179. Representação fiscal para fins penais 379
180. Ação penal pública 380
181. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento e extinção da punibilidade pelo pagamento 381

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br